

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com  
**Rita Segato**

por sua linhagem:  
memórias e memorial



EDITORA



UnB



**Universidade de Brasília**

**Reitora** Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor** Enrique Huelva

**EDITORA**



**UnB**

**Diretora** Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** Germana Henriques Pereira (Presidente)  
Fernando César Lima Leite  
Ana Flávia Magalhães Pinto  
Andrey Rosenthal Schlee  
César Lignelli  
Gabriela Neves Delgado  
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo  
Liliane de Almeida Maia  
Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
Roberto Brandão Cavalcanti  
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com  
**Rita Segato**  
por sua linhagem:  
memórias e memorial

**Equipe editorial**  
**Coordenação de produção editorial** : Marília Carolina de Moraes Florindo  
**Assistência editorial** : Jade Luísa Martins Barbalho  
Emilly Dias  
**Revisão** : F. Soudant  
**Projeto gráfico e diagramação** : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília  
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar  
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF  
CEP: 70910-900  
Telefone: (61) 3107-3700  
www.editora.unb.br  
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada  
ou reproduzida por qualquer meio sem a  
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

---

E56            Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso  
                 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara  
                 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora  
                 Universidade de Brasília, 2023.  
                 263 p.

Formato PDF.  
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.  
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

## Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

## II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

### III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

## II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

# Orfandade genealógica: silenciamentos, colonialidade e relações de poder

Vanessa Rodrigues de Araújo

*“Nos han enseñado a desechar, cancelar y censurar la memoria de nuestras sangres no blancas – porque tenemos abuelos europeos – a olvidar que nuestro paisaje está lleno de ríos de sangre, pisamos un paisaje ensangrentado; nos han enseñado a censurar la memoria de que el horizonte de nuestra existencia es una guerra que nunca acabó”<sup>1</sup> (Rita Segato).*

## Introdução

O ato de escrever um ensaio, um artigo ou um capítulo, independentemente de suas regras e exigências de formatação, envolve confluências não só teóricas, mas principalmente de trajetórias de vidas que se aproximam, se comunicam e se constroem em meio às suas evidências e fissuras. É esse movimento da vida, que nem sempre capturamos ou inserimos no texto, que a ciência tenta exterminar com a imposição de seus padrões de imparcialidade e distanciamento, em nome da legitimação e da validação científica.

Acabamos, portanto, presos ao limbo da suposta neutralidade, mesmo sabendo que nenhuma pesquisa é totalmente neutra e que, ao abrirmos a cortina da ética da investigação, veremos uma grande encenação de imposições que espetacularizam a manutenção das relações de poder e que nos mantêm desconectados de nossa própria história.

Não só na vida prática, mas também na vida acadêmica, segue presente o extermínio do processo de ser dentro da própria história e da própria escrita. Conscientes desse processo, o caminho agora percorrido mostra a necessidade de fortaleci-

---

1. “Ensinaaram-nos a descartar, anular e censurar a memória dos nossos sangues não brancos – porque temos avós europeus – a esquecer que a nossa paisagem é cheia de rios de sangue, pisamos uma paisagem ensanguentada; ensinaram-nos a censurar a memória de que o horizonte de nossa existência é uma guerra que nunca acabou.”

mento da vigília para não incorreremos no risco da paralisação ou morte de todos os processos vitais textuais.

A vigília vale especialmente para textos com perspectivas progressistas, pois uma coisa é desenvolver a capacidade crítica em relação a uma temática, outra criticar a autoridade científica, as categorias de análises, a colonialidade, bem como as relações de poder durante a construção da relação entre sujeitos. Progressismo não é sinônimo de descolonização. É por meio da descolonização que afastamos a reprodução do modelo científico racional moderno colonial.

Devido às referidas inquietações e inspirado pela discussão de Tim Ingold (2015) em *La vida de las líneas*, o presente texto foi pensado e estruturado a partir do entrelaçamento de linhas de vida que teceram caminhos empáticos sobre resgates de memórias familiares silenciadas.

As referidas linhas transitam entre inquietudes como o dito e o não dito, o orgulho e a vergonha, o privilégio e a prescrição, a censura para evoluir como o ato de apagar memórias, temporalidades, histórias, experiências e afetividades. Que mensagem nos está sendo enviada? O que permanecerá vivo? O que permanecerá morto? Importa, então, o registro sobre nossas avós, nós, nosso ser. Resgatar para habitar nossas próprias histórias.

As histórias de censura, apagamentos e silenciamentos familiares estão presentes em todos os lugares, principalmente nos países que carregam as mazelas da ferida colonial. A privação da memória familiar surge como demanda necessária e urgente, uma vez que resulta na mais perversa experiência de alienação colonial que nos impediu de nos constituirmos sujeito de nossa própria história.

O silenciamento sobre as nossas linhagens não brancas atinge, de forma direcionada e deliberada, a maternidade. Primeiramente porque a construção da imagem estereotipada da figura da mãe, pautada em paradigmas coloniais e nacionais e organizados sob uma estrutura patriarcal, ordena campos simbólicos e orienta afetos e valores. Em segundo lugar, em razão de os países colonizados terem herdado uma estrutura patriarcal de família que é reforçada pela figura do pai. Como já destacava Frantz Fanon (2008), o Estado utiliza estrategicamente a figura paternal para fortificar suas relações de poder e autoridade.

O pensar labiríntico sobre os lugares privilegiados durante o processo de construção das memórias familiares está marcado pelo sequestro cognitivo da consciência sobre quem se é. O manejo desse sequestro pela colonialidade censura nossas origens não brancas. A operacionalização, seja no consciente ou no inconsciente coletivo, é a de que as linhagens brancas são memoráveis, mas as não brancas devem ser esquecidas. A quem interessa o esquecimento e como esse esquecimento foi operacionalizado são, portanto, questionamentos que guiarão esse ensaio.

## Linha 1

Desde onde podemos nutrir nossas raízes?

Local de enunciação e de fala

Rita Segato me receberia em sua casa em uma tarde marcada pelo início de uma longa estação seca para conversarmos sobre o tema de pesquisa do mestrado. Ansiosa, cheguei antes do horário marcado e fiquei aguardando na sala. Sem muita demora, Segato chegou e se sentou na poltrona ao lado da minha. Prontamente, perguntou-me o porquê de meu interesse em pesquisar sobre violência doméstica contra as mulheres indígenas e lhe contei sobre a censura da memória da minha avó indígena no meu seio familiar. Minha família sempre privilegiou a memória de meu avô, descendente de portugueses, e a memória da minha avó ficou condenada ao esquecimento porque sua raça era lida como algo negativo que trazia má sorte e causava vergonha. Ainda que minha avó tenha vivido por mais tempo que meu avô, dele se recordavam tudo, seus gostos, as tradições familiares, comidas e os relatos sobre seus antepassados portugueses. Contudo, quando se tratava de minha avó, ninguém nada falava. Não porque não sabiam nada, afinal os treze filhos conviveram com ela até a sua morte, mas porque um pacto, não verbalizado, foi criado para silenciar sua memória.

Emocionada e de uma forma muito direta, Segato me interpelou: “Por que você não escreve sobre a censura da memória da sua avó indígena?” Espantada, recebi a pergunta com outra pergunta: “Eu posso fazer esse tipo de pesquisa na academia?” Ela me respondeu que sim, que a pesquisa não seria propriamente sobre a minha avó, mas sobre o grave problema de privação de memória familiar que temos no Brasil.

Nesse momento minhas linhas foram se entrelaçando com as linhas de Segato. As dela apresentavam uma longa bagagem, onde história de vida e pesquisa confluíam. E o primeiro ensinamento de Segato durante aquela conversa foi: “Você tem que escrever em direção ao que não entende, ou seja, ao que não sabe. Escrevemos para entender, caso contrário a pesquisa não passará de mera burocracia”.

Eu realmente não entendia os motivos pelos quais a memória da minha avó foi censurada na família, tampouco sabia por onde começar a pesquisa. Refleti sobre as palavras de Segato de que toda escrita acadêmica não é reducionalmente teórica, mas, sobretudo, existencial e política. A partir desse entendimento pude tecer as linhas de vida em meu texto, começando pela etnografia familiar.

Clifford Geertz (1991), ao discorrer sobre autoridade e legitimidade etnográficas, assinala que o estilo textual da etnografia clássica estabeleceu, entre outros

aspectos, o pressuposto da autoridade do etnógrafo cuja presença aparece na introdução do livro ou em notas de rodapé para valorizar sua experiência pessoal de campo nos anos em que viveu entre nativos e, assim, garantir a veracidade das informações. Vale dizer que essas informações desaparecem do texto principal para garantir a imparcialidade do discurso indireto, bem como a legitimidade das conclusões.

Sobre este debate, a antropóloga palestina Lila Abu-Lughod alerta que não há como garantir totalmente a imparcialidade na pesquisa e afirma que a maioria dos estudos sociais foram parciais, como indicam as revisões realizadas por Bernard Weiner (1976) sobre estudos dos nativos das Ilhas de Trobriand realizados por Malinowski e os estudos dos aborígenes australianos de Diane Bell (1983). Isso não significa que não sejam estudos legítimos, mas estudos que fixam um modelo de posicionamento do “Eu” pesquisador-homem branco-racional-moderno-evoluído que vai descrever o “Outro” coisificado (Abu-Lughod, 2012).

A prática discursiva da imparcialidade tende a não considerar o conhecimento etnográfico como resultado de situações de diálogo entre subjetividades. Esse impasse do que pode ser reconhecido como conhecimento, o que pode ser considerado legítimo ou não, transformou “o falar” sobre subjetividades e inter-subjetividades etnográficas em um grande tabu.

Pensadoras como Rita Segato, em um caminho oposto ao da tradição científica moderna ocidental e de sua ordem colonial conteudista, nos ensina, por meio de sua vasta trajetória de vida, que é possível fazer ciência partindo de sua própria história. Esse ensinamento, além de constituir um enfrentamento ao modelo engajado na longa tradição científica cúmplice de um colonialismo euro-americano, convida-nos a refletir sobre os entrelaçamentos das dimensões subjetivas e sobre a construção de saberes críticos.

Na mesma linha de Segato, a escritora brasileira Conceição Evaristo nos ensina que a “escrivência” é uma forma de resistência, de “suportar o mundo”, visto que nos permite viver, questionar, buscar respostas e revelar a verdade. Na medida em que entramos em contato com

tudo o que nos toca, que envolve todos os sentidos (e não apenas a visão), ocorre uma revelação aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, locais onde se estruturavam insondáveis camadas do não visto e não dito (Evaristo, 2007).

Essas apostas em nossas próprias dinâmicas históricas – sugeridas por Segato e Evaristo – iluminam, a partir de uma perspectiva crítica, caminhos políticos, os quais possibilitam que nos localizemos dentro de qualquer fase da pesquisa.

Não se trata, portanto, de utilizar uma experiência própria como motivação de pesquisa, mas de problematizar o que estamos produzindo, por que estamos produzindo e como vamos organizar e estruturar esse conhecimento. O grande desafio está no equilíbrio, no cuidado de não cairmos no poço teórico totalitarista da subjetividade ou da objetividade.

Quando nossa trajetória histórica atravessa nosso pensamento, deixa de ser neutro e torna-se político. Esse itinerário atrai perguntas políticas na medida em que se movimenta entre os cenários. Localizar o político é evidenciar as relações de poder dentro e fora da pesquisa. Isso só é possível quando o sujeito da investigação sai da posição do “eu-individual” para tornar-se o “eu-plural”.

O “eu-plural” reconhece os demais sujeitos em si mesmos. A questão não é a soma das diferenças entre sujeitos ou do reconhecimento da diversidade, mas o alcance historicista. Quando Segato fala sobre feminismo, ela está falando a partir de um lugar transitório de políticas plurais de solidariedade onde se inserem diversas mulheres, vozes, práticas e historicidades. Nesse mesmo sentido, o falar sobre a censura das linhagens não brancas vai além da fala de um sujeito individual e da descrição de uma particularidade familiar, abrangendo vários capítulos de silenciamentos que perpassam por diversas linhas de vida.

A memória de minha avó indígena foi censurada no seio familiar de forma inconsciente. A partir dessa constatação, resultado de um estudo etnográfico familiar, foram surgindo as perguntas políticas: por que meus familiares não sabiam que estavam censurando essa memória? Como se concebeu esse processo de naturalização da censura?

Meu local de fala parte desde aí, de uma órfã genealógica que procurou entender o processo de apagamento de linhagens não brancas na família e, conseqüentemente, no Brasil. Antes de me construir como pesquisadora eu já me sentia plenamente dentro da história investigada, ou seja, já era um “eu-plural” histórico.

O local de fala está mais próximo de nossa construção e de nosso entendimento sobre nós mesmos. Meu local de enunciação é o lugar de onde se produz o político. Esse foi o segundo aprendizado transmitido por Segato, que viveu a maior parte de sua vida fora da Argentina, seu país de origem, e todas as suas vivências autorizaram a produção do político, independentemente de sua localização geográfica.

Não resulta estranho pensar, portanto, que o local de enunciação se associa a mudanças que nos guiam em direção a outros caminhos, sugerindo movimentos, e, conseqüentemente, o deslocamento de nossas raízes a todo tempo. A desconexão nos conecta. O ponto-chave é como vamos observar, interpretar, tecer e expressar as linhas da vida desse movimento dentro da pesquisa.

## Linha 2

### Germinar o latino, nutrientes teórico-políticos

A análise crítica sobre o apagamento da memória familiar não branca e a permanência da colonialidade, a qual atinge de forma direcionada e deliberada a linhagem materna, convida-nos a pensar nos persistentes mundos coloniais que habitam nossas vidas, ou seja, a pensarmos em nós mesmos enquanto sujeitos históricos frente a projetos políticos de dominação, exploração e, principalmente, no que Segato denomina de “conquistualidade”.

A escolha teórico-política que nos permite caminhar sentindo-pensando e mantendo o comprometimento vital textual e do pulsar das nossas histórias de vida aparece como tarefa desafiante. Não se trata de rejeitar totalmente outras teorias, mas de afastar aquelas pensadas em outros contextos que, quando reproduzidas, alimentam uma configuração que não nos permitem ser, uma vez que desconhecem nossos processos históricos de ser.

Recorro novamente aos ensinamentos de Segato para explicar essa pontuação. Segato defende que a realidade econômica, social e civilizatória da América Latina não pode ser apreendida a partir da teoria marxista, uma vez que o proletariado e a burguesia são categorias insuficientes para analisar toda complexidade e multiplicidade de tantos modos de existência, os quais produzem temporalidades, historicidades e significados heterogêneos (Segato, 2015).

Na esteira dessa reflexão, Segato chama atenção tanto para os processos históricos que envolvem nossos objetos de pesquisa como para os nossos próprios processos históricos dentro da pesquisa. Seria possível discutir sobre o cancelamento das memórias familiares não brancas na América Latina a partir de teorias que reforcem heranças coloniais, sobretudo a racialização como padrão de poder global de produção e distribuição de riqueza? Onde eu, como sujeito plural, me localizaria dentro dessas teorias?

Teorias que não penetram em nossa subjetividade impedem a identificação com o que produzimos. Quando elas são acolhidas, entram em um círculo de violência que extermina tanto nós mesmos quanto a produção e a expressão dos nossos conhecimentos, além de impedir uma relação voluntária com nossa consciência.

A teoria que aqui utilizaremos é chamada “decolonial”, e não “descolonial”, pois, segundo Catherine Wash, trata-se de uma luta contínua contra os padrões de poder, e não de uma transição do colonial para o não colonial; além disso, ela permite que alcancemos discussões além da teoria de classes cujo “eurocentrismo” imprime um caráter reducionista (Restrepo & Martinez, 2010).

As discussões decoloniais que expressam como ponto central a problematização do poder na modernidade, bem como a permanência da colonialidade em experiências históricas e subjetivas, perpassam pelas seguintes críticas:

1. a origem da modernidade ocorre com a conquista da América, e não na fase do Iluminismo ou da Revolução Industrial, como dita a história hegemônica;
2. as estruturas de poder são constituídas a partir das dinâmicas de acumulação e exploração de capital monetário e racial de um sistema – mundo moderno/capitalista;
3. a designação do eurocentrismo/euroamericanismo é uma forma específica de produção de conhecimento e subjetividades; e
4. o estabelecimento do Estado-nação está como uma forma de controle e de autoridade deste novo padrão de poder, que funciona como fiscalizador e mantenedor do exercício da colonialidade do poder (Flor do Nascimento, 2011).

A proposta da decolonialidade, longe de reduzir-se à relação de poder entre colonizador e colonizado, povos e nações, caminha em direção à problematização da matriz de poder denominada “colonialidade”, estruturada a partir de hierarquias raciais, étnicas, de gênero, culturais, epistêmicas, territoriais e subjetivas, as quais se conjugam.

Num mundo estruturado por relações de colonialidade, a raça e não a classe aparecem como ponto fundamental na discussão. Aníbal Quijano (2000) explica que a ideia de raça foi produzida pelo colonialismo no começo da formação da América e do capitalismo, na virada dos séculos XV e XVI. Nos séculos seguintes, foi imposta sobre a população mundial como classificação social, o que a tornou o instrumento universal mais eficaz do poder mundial capitalista.

Sob a captura desse olhar, o conceito de raça é trabalhado por Quijano e por outros autores decoloniais como construção histórica capaz de expressar a experiência da dominação colonial e permear importantes dimensões do poder mundial. Destaca ainda o humanista peruano que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. A primeira raça, denominada de “índios”, não possui nenhuma referência que indique a associação da categoria “índio” à sua cor.

A ideia de cor é construída um século depois da conquista da América, com a expansão da escravidão dos africanos na América do Norte e nas Antilhas Britânicas. Ou seja, é a cor, e não a raça, que é aplicada aos escravos sequestrados do continente africano e negociados (Quijano, 2000).

Com efeito, a raça está imbricada às relações de dominação modernas coloniais, não à classificação biologista. Isso quer dizer que é anterior a qualquer signo como a cor e como os traços fenotípicos. O perigo em reduzir a ideia de raça à biologia humana reside no expurgo de sua compreensão enquanto instrumento capitalista moderno colonial de classificação e dominação social (Quijano, 2000).

A antropóloga Rita Segato, inspirada nos estudos de Quijano sobre raça, vai além ao discutir que “raça é um signo”, ou seja, é a marca que indica a posição do sujeito na história. Esse código de leitura não é, necessariamente, o signo de um povo ou de um grupo, mas um traço da história no corpo, capaz de revelar a história de subordinação colonial. Falar sobre raça não é falar sobre os povos indígenas em suas aldeias; ou dos negros em seus territórios; mas sim

*[...] del rasgo generalizado en nuestras poblaciones y, en algunas situaciones, de nosotros mismos, ya que, cuando pisamos en las sedes imperiales, ese trazo nos alcanza a todos, aunque tengamos cuatro abuelos europeos (Segato, 2007, p. 19)<sup>2</sup>.*

A raça é um signo que alcança a todos. Quando as pessoas nascidas em territórios colonizados cruzam as fronteiras nacionais, a leitura sobre seus corpos varia. Ela pode ser vista como branca em um estado e como negra em outro. Essa leitura é ainda mais alarmante quando atravessamos fronteiras internacionais. Não importa se somos latino-americanos de cor branca, tampouco importa se cremos que nossos corpos habitam paisagens brancas, pois quando pisamos em solos imperiais não somos vistos como brancos.

Os signos raciais, além de comunicarem a posição histórica, revelam a origem familiar. Contudo, a mestiçagem construiu um caminho homogeneizador em direção, não só à brancura física e subjetiva, mas ao branqueamento da memória familiar que suprimiu memórias, cancelou genealogias originárias, apagou laços afetivos e destruiu a concepção de ser dentro da própria história de vida (Segato, 2010).

Concomitantemente à mestiçagem estava a ampliação da assimilação. Diante dessa conjuntura, os povos dominados viram suas formas institucionais desvanecerem, especialmente em relação à família e às redes de parentesco. As práticas que não foram integralmente esmorecidas sofreram uma readaptação, conforme as exigências do padrão global da colonialidade. Sob esse contexto, as populações foram submetidas às mais perversas experiências de alienação (Segato, 2010).

---

2. [...] do atributo comum de nossas populações e, em algumas situações, nosso também, pois, ao pisarmos os paços imperiais, esse feito afeta-nos a todos, mesmo que tenhamos quatro avós europeus.

Presas nas teias da alienação, a concepção sobre família passa a se distanciar da ideia de unidade doméstica passiva e torna-se uma instituição mediadora entre o Estado e a sociedade. A determinação em homogeneizar cenários domésticos transformou os modelos familiares num pedaço da nação, num canal reprodutor de discursos hegemônicos. Ou seja, as famílias foram se constituindo como parte do aparato ideológico do Estado, e se utilizaram da figura paterna para fortalecer suas relações de poder e autoridade. Como assinalou Joachim Marcus, “autoridade do Estado é, para o indivíduo, a reprodução da autoridade familiar através da qual ele foi modelado desde a infância”. Por sua vez, o indivíduo “assimila as autoridades encontradas posteriormente à autoridade paterna: ele percebe o presente em termos de passado” (Marcus, 1949 *apud* Fanon, 2008, p. 128-129).

De modo complementar, Abdias do Nascimento, escritor e militante negro brasileiro, explica que “o Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família” e o preço dessa herança pagamos ainda hoje (Nascimento, 1978, p. 61).

Dentro desse complexo envoltório, os fios que entretinham histórias familiares e davam continuidade ao tecido ancestral foram violentamente interditados pelo silenciamento, constituindo uma paisagem de genocídio sobre nossas memórias. O conceito de silenciamento abordado aqui não se refere à falta de comunicação, mas à expressão de uma linguagem de poder que manipula, comunica, significa e firma pactos sem que haja formalização e materialização dos mesmos (Araújo, 2019).

O rastreamento do silenciamento e o resgate de nossas linhagens não brancas proporcionou o encontro com outra linha textual e de vida, a linha do historiador argentino Mario Rufer.

### Linha 3

#### Silenciamentos, apagamentos e segredos

Vale enfatizar que, nesse momento da pesquisa, eu ainda estava buscando entender os motivos que tornaram possível a censura da memória de minha avó em minha família e a razão disso ter ocorrido de uma forma inconsciente. A teoria de Segato (2010) sobre mestiçagem compulsória enquanto estratégia de esquecimento de quem se é e de onde se veio e a teoria de Fanon (2008) de que a constituição de novos modelos familiares se assemelha, em parte, à nação, me levaram a refletir sobre os processos de silenciamento e a construção das memórias familiares.

A linha textual de Segato novamente se entrelaça nesse cenário de discussão. Desta vez, sua crítica nos impulsiona à reflexão sobre a nação como marco de referência para a produção de formas particulares de racismo.

Para Segato (2007), o paradigma étnico brasileiro em que a “raça brasileira” é sempre apresentada como mescla silenciou as memórias que vinculavam vidas às histórias marcadas pela paisagem não branca. Foi o tripé de raças, construído e patrimonializado por uma elite antropofágica que devorou o outro e o transformou em um dos elementos de sua nutrição. Por essa razão, o racismo no Brasil é resultado de um horror causado “*por ese secreto que llevan las familias: el crepúsculo de la memoria de la bisabuela negra, el amor edípico por la nodriza negra violentamente reprimida*”<sup>3</sup> (Segato, 2007, p. 123).

Ainda segundo Segato, o racismo no Brasil “*es una expurgación que comienza desde el interior del ser blanco, un temor (y una certeza) de haber sido de alguna forma contaminado*”<sup>4</sup> (Segato, 2007, p. 123). Nesse contexto, o silenciamento está relacionado ao processo de apagamento que ocorre dentro da trama da mestiçagem.

Quando minha linha vital textual e histórica se teceu com a de Mario Rufer, deparei-me com a possibilidade de potencializar a condução das linhas textuais. Dentro desse contexto transitável de semelhanças, posei na discussão sobre fronteiras entre silêncio e segredo.

Inspirado em sua história familiar argentina, mais precisamente na figura do seu avô paterno, Rufer faz uma análise de como “*desapareció la mirada de la otredad en Argentina desde el siglo XVII*”<sup>5</sup> (Rufer, 2012, p. 22), para tanto reflete sobre imigração, classe, raça e exclusão no pampa argentino, sob o espectro teórico pós-colonial.

Rufer recorre a Bertoni para fundamentar o pensamento de que a Argentina – agarrada nos sudários de progresso e modernização da nação – foi construída mediante uma ideia excludente e de diferenciação que oscilava entre os discursos de “*Crisol de razas*” e “*Ola inmigratoria*” (Rufer, 2012, p. 3). A Argentina tornou-se não só o país mais europeizado da América do Sul como produziu uma homogeneização social e cultural que promoveu o abandono dos traços de pertencimento e origem, deixando como única marca o mito de uma Europa hiper-real, sem localidades, sem território e sem história, amarrada ao histórico de silêncio sobre o extermínio de negros e índios.

Como consequência desse processo simultâneo de nacionalização e silenciamento, o racismo na Argentina foi reprimido no consciente das pessoas,

---

3. Por aquele segredo que as famílias carregam: o crepúsculo da memória da bisavó negra, o amor edípico pela aia negra violentamente reprimida.

4. É uma purgação que começa de dentro do ser branco, um medo (e uma certeza) de ter sido contaminado de alguma forma.

5. O olhar da alteridade desapareceu na Argentina desde o século XVII.

diferentemente do Brasil, em que ele reside no consciente, mas é velado. Essa questão é trabalhada por Rufer quando expõe, em seu texto, quatro relatos familiares sobre o seu avô negro. O terceiro foi a afirmação de Magnolia: “*para mí [Ernesto] era tan bueno que nunca lo vi negro*”<sup>6</sup>. O quarto exemplo foi uma situação vivenciada com sua mãe, quando ela, ao repassar as fotos do álbum, fixou-se em uma e questionou: “*Este negro quién es? Esta foto se filtró, no es nuestra*”<sup>7</sup>. Ao que o filho Mario respondeu imediatamente: “*Mamá, es el nono Ernesto!*” “*¿Sí? Qué raro salió!*”<sup>8</sup>, respondeu a mãe (Rufer, 2012, p. 14).

A partir desse entrelaçamento de linhas, sucede a reflexão de que a heterogeneidade nos processos de formação histórica da nação na América Latina mostra-nos outras facetas de entendimento sobre o que são silenciamentos. No Brasil, o silenciamento comunica uma linguagem de poder. Na Argentina, traduz a ausência de enunciação, como explica Rufer.

O segredo entra em cena articulando-se com diversas formas de silenciamentos. Existem segredos que sempre serão silenciosos, como a conquista, o branqueamento, o extermínio permanente, a “conquistualidade” e a colonialidade que nos captura subjetivamente de forma permanente (Rufer, 2012; Segato, 2007). Por outro lado, existem segredos que serão comunicados.

A esse respeito, é importante lembrar o ensinamento de Segato: o segredo, ainda no seu sentido mais abstrato, transmite a ideia de pertencimento e de conhecimento, criando existências de grupos ou redes relacionadas pelo fato de “saber”. Trata-se de um conhecimento da consciência daquilo que não se pretende revelar (Segato, 2007).

No Brasil, as famílias carregam o segredo íntimo de suas avós negras e índias. Diferentemente da Argentina, o cancelamento da memória não transforma as nossas avós em “um outro”, o que ocorre é o expurgamento, o apagamento e, por fim, a morte dessa memória.

Somente depois de duas décadas consegui ver a foto de minha avó indígena pela primeira vez. Trivialmente, estava trancada em um pequeno baú de madeira. Minha tia permitiu o acesso devido à minha pesquisa sobre cancelamento de genealogias. Ela ficou responsável por guardar todas as fotos da família. No álbum só havia duas fotos dela, o restante das fotos era da família portuguesa.

Ao olhar com atenção as únicas duas fotos que tinha da avó, entendi que a fotografia (o material oculto), além de revelar segredos e confirmar a existên-

---

6. Pra mim [Ernesto] foi tão bom que nunca vi ele preto.

7. Quem é esse preto? Essa foto embrenhou-se, não é nossa.

8. Mamãe, é o vô Ernesto! Ah é? Que estranho ficou!

cia de pactos, espelha aquilo que não se vê quando olhamos em um espelho comum. Meu espelho tinha sido capturado pela colonialidade do ser. Contudo, minha avó sempre esteve aqui, habitando em mim através dos meus signos raciais. Sou a neta mais parecida com ela e hoje carrego em mim a sua memória e comigo a sua fotografia.

## Conclusão

Entre rastros e entrelaçamentos textuais e vitais confluem as histórias de silenciamento e seus mecanismos de censura. Os silenciamento-apagamentos/silenciamento-segredos transitam por processos de consciência e inconsciência, sinalizando possíveis respostas dos porquês no Brasil, um grave problema de privação da memória familiar.

Durante a reflexão sobre este capítulo, foi possível aproximar-me de respostas não só afirmativas, mas que retomam inquietações expostas no início deste texto: a quem interessa o esquecimento sobre nossas linhagens não brancas e como ele foi operacionalizado?

Sabemos que o racismo é um elemento constitutivo da colonialidade que esteve e ainda está presente nos modos de vida e nas estruturas de poder como uma ideologia de dominação, e que a raça é produto do racismo que ocupa um lugar privilegiado na construção de nossas memórias familiares, de nossa subjetividade e de nosso ser no mundo. Tanto o racismo como a raça foram elementos centrais de articulações, negociações, agenciamentos históricos e, principalmente, legitimações da história e memória da nação.

O agenciamento seletivo de quais memórias devemos esquecer e quais devemos recordar não se reduz à particularização de histórias familiares, pois a sua operacionalidade segue ativa não só no processo de construção da memória familiar, como também no agenciamento institucionalizado da construção da história-memória-nação. Uma retroalimenta a outra como estratégia interessada em apagar o sangue não branco.

É importante destacar com cores e sublinhamentos que, para a construção de um caminho homogeneizado em direção à brancura, foi necessário não só apagar a raça, mas, principalmente, desenhar e aplicar um projeto político de desvinculação ancestral que socialmente envolve como cúmplice o segredo domesticado.

Assentada nesse solo comum, a necessidade de retomar os fios de um painel histórico interrompido perpassa pelas linhas heterogêneas da história e da “memória da nação” de cada país e se entrelaça nas complexidades da criação da América Latina, pois enquanto o novo mapa do mundo estava sendo definido, também se construíam novas identidades e modelos familiares nos moldes de

uma colonialidade invisível que se mantinha viva devido à capacidade espoliadora de matar pouco a pouco quem se é.

Trata-se, pois, de entendermos pedagogias de silenciamentos instaladas, naturalizadas e subscritas na temporalidade moderna que precisou tanto ressaltar o primitivismo para construir a modernidade, quanto aprisionar o “outro” colonizado no passado para impor um tempo linear evolutivo que se converteu em um espaço silencioso de referências. Conseqüentemente, essa intervenção de poder (no sentido dos processos históricos) impossibilitou não só o reconhecimento de ser dentro da própria história, mas o habitar na própria história (Rufer, 2010).

Todos os questionamentos sobre silenciamentos, apagamentos, segredos e cancelamentos de genealogias tensionados entres histórias de vida, colonialidade e relações de poder miram em direção ao horizonte da devolução da consciência sobre quem somos. O tecer dessa malha para além dos resgates exige uma densidade e uma rigidez que só será possível adquirir a partir de entrelaçamentos de linhas dos leitores que também vivenciaram histórias de silenciamentos, afinal somos eu-plurais.

## Referências

ABU-LUGHOD, Lila. Escribir contra la cultura. *Andamios*, v. 9, n. 19, p. 129-157, 2012.

ARAÚJO, Vanessa Rodrigues de. *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

BELL, Diane. *Daughters of the dreaming*. Melbourne, AU: McPhee Gribble; George Allen & Unwin, 1983.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*, p. 16-21. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; GARrafa, Volnei. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 287-299, 2011.

GEERTZ, Clifford, Géneros confusos. La refiguración del pensamiento social. In: REYNOSO, Carlos (Comp.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1991.

INGOLD, Tim, *La vida de las líneas*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

QUIJANO, Aníbal. *¡Que tal raza! Familia y cambio social*. Lima: Cecosam, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Raza. Etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: FORGUES, R. (Ed.). *José Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del descubrimiento*. Lima: Editorial Amauta, 1993.

RESTREPO, Eduardo; MARTINEZ, Axel Alejandro Rojas. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, CO: Universidad del Cauca, 2010.

RUFER, Mario. Silencio y secreto: raza, mirada y colonialidad en el interior argentino. In: GREWE, David; GREBE, Marc-André (Eds.). *Movilizando etnicidad. Políticas de identidad en contienda en las Américas. Pasado y presente*. Frankfurt am Main, DE: Vuervert-Verlag, 2012.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, v. 14, n. 28, p. 11-31, Bogotá, jan./jun. 2010.

SEGATO, Rita Laura. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. In: SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje. *Crítica y Emancipación*, v. 2, n. 3, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. *Série Antropologia*, n. 375, Brasília, Departamento de Antropologia da UnB, 2005.

WEINER, Bernard. An attributional approach for educational psychology. *Review of Research in Education*, v. 4, n. 1, p. 179-209, 1976.



Notas sobre as autoras e os autores

## Notas sobre as autoras e os autores

### **César Augusto Baldi**

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

### **Danú Gontijo**

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

### **Elaine Moreira**

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

### **Gustavo Augusto Gomes de Moura**

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

### **Jocelina Laura Carvalho de Segato**

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

### **Juliana Floriano Toledo Watson**

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicinas populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

### **Livia Vitenti**

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

### **Lourival Ferreira de Carvalho Neto**

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

### **Marianna Assunção Figueiredo Holanda**

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

### **Patrícia de Mendonça Rodrigues**

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

### **Pedro Paulo Gomes Pereira**

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

### **Priscila Paz Godoy**

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

### Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

### **Tânia Mara Campos de Almeida**

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

### **Vanessa Rodrigues de Araújo**

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

### **Verenilde Santos Pereira**

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

### **Volnei Garrafa**

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



**P**hD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

